

Editorial

Andréa de Oliveira Tourinho*, Eneida de Almeida**

*Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, Brasil, prof.atourinho@usjt.br

**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu, Brasil, prof.eneida@usjt.br

usjt
arq.urb
número 33 | jan-abr de 2022



Esta edição da revista arq.urb reúne temas variados cujo enredo aqui delineado inicia pela atenção à produção do espaço urbano, com dois artigos dedicados ao processo de formulação de políticas públicas, em concomitância com o acompanhamento do percurso de suas implantações, detendo-se nas especificidades do ambiente geográfico e político que as mobilizam; continua com outros dois artigos voltados à análise qualitativa de espaços públicos, também focados em casos particulares e sua relevância para a qualidade ambiental dessas localidades; e alinhava-os um texto sobre a participação popular voltada à luta por moradia. O enquadramento do território, por meio da conjunção entre o objeto arquitetônico e o contexto sociocultural de que é parte, atentando às dimensões simbólica e cultural, está presente no estudo da arquitetura ligada ao processo de imigração em diálogo com a literatura, e tem continuidade no artigo comprometido com o processo de urbanização, associado à colonização e ao surgimento de novas cidades no sul do país. Ao final, duas investigações empenhadas na abordagem do ideário moderno e contemporâneo cumprem o papel de desfecho deste número, a primeira corroborando para uma compreensão alargada de patrimônio cultural, a segunda contribuindo para uma discussão acerca da atuação profissional na passagem do século 20 para o 21, articulando a dimensão crítica e cultural aos métodos operativos e ferramentas experimentadas com o avanço dos recursos digitais.

O artigo **Como surgem as operações urbanas consorciadas? Estabilidade e mudança na política urbana brasileira**, de Marina Siqueira, da Universidade Federal de Santa Catarina, dedica-se ao tema das Operações Urbanas Consorciadas, procurando evidenciar o caráter dinâmico das disputas que envolvem desde o processo da formulação dessa legislação, às diversas passagens de sua implantação, por meio da aproximação entre os modos operativos do planejamento urbano e os instrumentos analíticos da ciência política, detendo-se nas especificidades do caso

de São Paulo. O interesse central da pesquisa é relacionar as políticas públicas (e seus impactos), com os processos políticos que as ensejam, considerando o processo inicial nascido de mobilizações locais, e os desdobramentos que resultaram no formato atual aplicado à escala nacional. Voltadas à implantação de projetos urbanos em áreas específicas, sob a coordenação do poder público, por intermédio da outorga de benefícios construtivos e urbanísticos como compensação aos investimentos relacionados aos serviços públicos promovidos, as OUC dependem do interesse da iniciativa privada. Segundo a autora, com a transformação do ambiente político da cidade, o objetivo prioritário de promoção de infraestrutura social e urbana deu lugar à concessão dos benefícios construtivos e urbanísticos outorgados.

Tendo por base o estudo do Estatuto da Cidade e de como as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) podem viabilizar a democratização do direito à cidade, na medida em que se consolidam como meios de expansão de serviços de infraestrutura e equipamentos sociais, entre os quais as habitações de interesse social, o artigo **Caracterização de área para implementação de Zeis no litoral norte de Maceió-AL**, de Peterson Melo, Augusto Aragão de Albuquerque, Luciana Lima Araújo e Sofia Pessoa Lira Souza, da Universidade Federal de Alagoas, problematiza o processo de construção das cidades brasileiras, marcado pela segregação espacial aliada à permanente escassez do solo urbano e pela reprodução da irregularidade e precariedade dos assentamentos populares, focalizando a seguir no percurso da implantação dessas zonas em algumas cidades do Brasil, atendo-se, por fim, ao estudo de caso da Comunidade Coreia, situada no litoral norte de Maceió-AL, em sua caracterização quanto aos quesitos que a qualificam como preferencial para o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio das ZEIS ocupadas. Mais do que apresentar um quadro pormenorizado do estudo de caso, o interesse do texto é precisamente o quadro comparativo das diversas experiências de ZEIS

apresentadas em diferentes regiões do país, compondo um amplo panorama da articulação entre as instâncias do poder público e as populações locais, tendo em vista os avanços (e dificuldades) em garantir os instrumentos participativos e o caráter emancipatório dessas políticas urbanas.

O texto de Glauco Coccozza, da Universidade Federal de Uberlândia, analisa diferentes padrões da estrutura morfológica da cidade de Uberlândia, sob o título **Diferentes modelos urbanos, diferentes espacialidades e a mesma cidade: uma análise morfológica dos espaços livres de dois empreendimentos em Uberlândia-MG**. O estudo se desenvolve de acordo com metodologias de leitura morfológica, compreendendo a identificação dos elementos morfológicos previstos pela legislação urbana; a categorização dos subsistemas de espaços livres urbanos, que se interessa pela inserção dos elementos arquitetônicos no tecido urbano e de suas características de uso e ocupação; e, finalmente, a análise da distribuição dos elementos morfológicos nos loteamentos estudados. Os estudos de caso não se centram em uma determinada forma de apropriação do espaço, mas em várias experiências que abarcam desde os modelos populares do programa “Minha Casa Minha Vida” até os exemplos do novo urbanismo, cujos destinatários se encontram entre a população de rendas médias e altas. O resultado da pesquisa evidenciou, contudo, que os espaços livres não são pensados da mesma forma para as diferentes situações de renda, ou de investimento, o que afeta a qualidade urbana, e demonstra a falta de políticas públicas destinadas a um entendimento democrático, difícil de alcançar em um país tão desigual como o Brasil. Ainda assim, o estudo aponta que os conjuntos estudados se diferenciam por criar subsistemas próprios com potencial de uso e apropriação específicos.

No texto **Análise qualitativa de espaços públicos: caso de Artur Nogueira**, de Abel Fernandes e Jussara Bauermann, do Centro Universitário Adventista de São Paulo, encontramos outra aproximação ao espaço público, desta vez apoiada nas ideias de vários autores, entre os que destacamos Kevin Lynch, Jane Jacobs e Jan Gehl, a partir de uma visão contemporânea que entende o conceito da vitalidade urbana – considerando não apenas as potencialidades da forma urbana, mas também suas fragilidades – como central para o entendimento da construção coletiva da cidade. A peça principal dessa compreensão é a praça, que, segundo os autores, “continua possuindo um importante papel na identidade social e econômica de

nossas cidades”. Com essa premissa, o objeto desse estudo são as praças do município de Artur Nogueira, na região metropolitana de Campinas. O diferencial do trabalho é a sua abordagem da problemática, que se faz desde a ótica da parametrização - conforto, pedestres, ocupação, entorno -, embora com base em estudos da bibliografia tradicional sobre o tema.

A pesquisa de Sandra Cristina Silva dos Santos e Beatriz Fleury e Silva, da Universidade Estadual de Maringá, pensa a participação popular por meio da reflexão sobre os resultados de um evento público destinado a recolher dados para a revisão do Plano Diretor Municipal de Maringá, no Estado do Paraná, no texto intitulado **A participação popular e os anseios em torno da moradia: uma reflexão a partir do I Congresso da Cidade de Maringá**. As autoras argumentam que o evento foi precursor na inclusão da participação popular no âmbito dos processos de construção das políticas públicas urbanas destinadas à cidade, principalmente, no que se refere às questões relacionadas à habitação, tema absolutamente sensível para a população de mais baixa renda, em condições de vulnerabilidade social, e para aquelas em situações de risco. As autoras apontam também as diferenças entre as demandas sociais, apresentadas no referido Congresso, e o resultado concretizado no corpo da lei do atual Plano Diretor, aprovado em 2006, o que, segundo o artigo, fere os princípios da gestão democrática, apontados no Estatuto da Cidade. As dificuldades que as representações populares enfrentam para influenciarem ou mesmo definirem políticas públicas, apesar das manifestações em reuniões, congressos ou audiências públicas, têm sensibilizado muita(o)s pesquisadora(e)s no país. Nessa direção, este trabalho oferece dados concretos sobre o distanciamento entre participação social e realidade.

Adilson Giglioli e Dirceu Piccinato Júnior, da Faculdade Meridional, e Thaís Maria Rossetto, da Universidade de Passo Fundo, são os autores do texto sobre **A produção arquitetônica do imigrante italiano no Rio Grande do Sul segundo os romances literários de José Clemente Pozenato**. O artigo aponta uma vertente menos corrente de aproximação à problemática do habitar o espaço arquitetônico, por meio da análise literária das obras de um romancista. Ainda que não seja uma vertente nova - temos vários exemplos de estudos sob esse enfoque que percorrem obras de Balzac a Guimarães Rosa -, o artigo apresenta um quadro da evolução das construções dos imigrantes italianos, com base em uma aproximação

iconográfica, e literária, da colonização da Serra Gaúcha, de que tratam os romances. Contudo, o estudo não se limita às abordagens literárias e arquitetônicas, mas, desde uma perspectiva interdisciplinar, pretende expressar uma “dimensão poética” do habitar, “contribuindo para o entendimento das construções como cenários da vida humana, carregados de sentimentos, memórias, identidade e cultura local”.

Dando sequência ao tema da arquitetura rural, o artigo de Loana Kauana Marostica e André Augusto de Almeida Alves, da Universidade Estadual de Maringá, apresenta a pesquisa **Pelos Caminhos da Modernização: Urbanização, Sociedade e Território na Fazenda Britânia – 1907 a 1970**. Neste texto, os autores se debruçam sobre uma fazenda isolada às margens do rio Paraná, na fronteira com Paraguai e Argentina, uma das últimas áreas colonizadas no estado do Paraná, no primeiro quartel do século XX, e por isso uma sobrevivente de formas de apropriação do território que merecem atenção. O estudo trata dos planos de urbanização, e de modernização, do empreendimento, desde os anos 1920 até a década de 1970, enveredando pelos caminhos das relações entre o arcaico e o moderno, quiçá contraditórias, mas ricas em dados sobre os processos de transformação social, econômica e tecnológica (indústrias da erva-mate ou madeiras) do país. O estudo de caso revela o impacto dos transportes, da industrialização e do setor agrário na organização e construção do território, no que diz respeito tanto à melhoria dos serviços de infraestrutura, quanto ao próprio padrão de ocupação.

Mudando de perspectiva, como apontávamos no início deste Editorial, este número apresenta dois artigos empenhados em questões de viés arquitetônico. O primeiro é o de Rolando Figueiredo, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que aborda a **Residência do arquiteto [Oscar Niemeyer] na Estrada das Canoas: histórico e questões de conservação e preservação (1951 – 2020)**. Trata-se de trabalho de fôlego, com base em estudo bibliográfico centrado nas revistas da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, examinando ampla iconografia e ainda um material inexplorado do ponto de vista acadêmico. Um acervo de publicações fora do radar das pesquisas anteriores que enriquece a reflexão sobre a importante obra do arquiteto carioca, colocando-a em uma dimensão mais ampla da produção internacional, não só da época da construção da residência, 1953, mas também trazendo a pesquisa até os dias atuais. O artigo ainda promove uma leitura sistemática do estado atual da obra, incluindo dados sobre a paisagem e a decoração, contribuindo

para uma eventual restauração.

Finalmente, o trabalho de Alexandre Dias Guarino, também da Universidade Presbiteriana Mackenzie, traz uma visão contemporânea da problemática da multidisciplinariedade em que a arquitetura está imersa neste século XXI, por meio da pesquisa sobre **Como fazer coisas do jeito de Anyone Corporation**. O tema envolve as conferências organizadas pela *Anyone Corporation*, que, como manifesta o site da organização, é “um *think tank* de arquitetura sem fins lucrativos com sede em Nova York, estabelecido em dezembro de 1990 [com o] objetivo [de] promover o conhecimento e a compreensão da arquitetura e suas relações com a cultura geral”. O grupo realizou uma série de conferências com temas variados, publicadas posteriormente em revistas e livros editados pela própria instituição. As conferências de 1993 e 1997 tiveram como tema central a metodologia de projeto, o “como fazer” em arquitetura. O artigo reflete sobre o resultado desses debates lançando nova luz sobre um tema sempre em pauta, as questões de método e a forma real de fazer arquitetura.

Desta breve apresentação emerge a percepção de que os artigos que integram este número representam uma importante amostra da capacidade crítica e de pesquisa, proveniente de significativas instituições de ensino do país, oferecendo-nos um panorama amplo e representativo da dedicação que a academia brasileira tem desenvolvido nos últimos anos, apesar das intensas forças que se desferem contra ela. Deixamos nosso agradecimento aos colegas pela seriedade dos trabalhos que aqui nos brindam com suas pesquisas.

Desejamos uma boa e profícua leitura.